



Brasília-DF, 18 de maio de 2026

MOVIMENTO SINDICAL PRESENTE E FORTE!

Palestra: Disputar a renda, reduzir a jornada de trabalho no centro do desenvolvimento

Realizada no dia **14 de maio**, no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, e ministrada pelo DIEESE.

O encontro contou com a participação dos sindicatos: **Bancários, Têxtil, Vestuário, Comércio e Metalúrgicos**, fortalecendo a união entre as categorias na discussão de temas fundamentais para a classe trabalhadora.

A palestra foi de **grande importância** para ampliar o entendimento e esclarecer questões relacionadas à distribuição de renda, à redução da jornada de trabalho e aos desafios do desenvolvimento econômico e social do país.

O debate foi organizado por **diversas centrais sindicais**, reforçando o compromisso do movimento sindical com a formação, a conscientização e a construção coletiva de propostas em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.



**JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!
UNIDADE, LUTA E CONQUISTAS!**

VALORIZAR O TRABALHO • DISTRIBUIR A RENDA • REDUZIR A JORNADA • DESENVOLVER O BRASIL

Centrais sindicais buscam mobilizar trabalhadores para votação do fim da escala 6x1

Votação no Plenário da Câmara está marcada para o dia 27

Ettore Chiereguini / Câmara dos Deputados



Leo Prates: "O relatório não será contra ninguém. Somos a favor das pessoas"

Representantes de centrais sindicais que participaram de audiência pública sobre a proposta de redução da jornada de trabalho (PEC 221/19) pediram que os trabalhadores compareçam à Câmara dos Deputados

no dia 27 de maio, data esperada para a votação no Plenário. A audiência foi realizada dentro do programa "Câmara pelo Brasil" em São Paulo.

O presidente da comissão especial que analisa o assunto, deputado Alencar Santana (PT-SP), disse que é preciso atenção a mudanças no texto durante a votação. A ideia é votar a redução da jornada, de 44 para 40 horas semanais, com dois dias de descanso e sem perdas salariais. Segundo o deputado, existem resistências às alterações constitucionais.

O relator, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), disse que o objetivo é estabelecer os dois dias de descanso, mantendo que um deles seja preferencialmente aos domingos. Ele também explicou que, caso haja um prazo para que as empresas se adequem às mudanças, elas poderão ser penalizadas nesta transição se promoverem alguma redução de salários.

Leo Prates lembrou que, apesar de estar na pauta dos sindicatos há muito tempo, a redução da jornada avançou porque a juventude brasileira se mobilizou nas redes sociais contra a escala 6x1.

"O relatório não será contra ninguém. Eu terei uma agenda grande com o setor patronal aqui em São Paulo também. A gente vai tentar encontrar um texto que diminua os danos sem prejudicar o trabalhador. Mas nós temos lado, o lado das pessoas, dos seres humanos", disse.

Ettore Chiereguini / Câmara dos Deputados



Luiz Marinho: Não haverá compensação tributária para empresas

Pejotização

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que, após o fim da escala 6x1, é importante que os trabalhadores se atentem para o fim da pejotização, que está em debate no Supremo Tribunal Federal. A pejotização acontece quando, em vez de ser contratado como pessoa física, o trabalhador precisa abrir uma empresa (com CNPJ, por isso o nome pejotização). Esse tipo de contrato permite a redução de custos trabalhistas para quem contrata.

Marinho também reivindicou o fortalecimento das

Brasília-DF, 18 de maio de 2026

negociações coletivas para situações específicas em relação à redução da jornada. O ministro ainda afirmou que não haverá ajuda tributária ou isenção fiscal para compensar eventuais custos das empresas.

O professor de direito da Fundação Getúlio Vargas Oscar Vilhena disse que não adianta acabar com a escala 6x1 e manter a pejetização.

“A pejetização é a possibilidade de anular todo o artigo 7º da Constituição. Não adianta pôr um avanço no artigo se o acordo individual puder suspender a aplicação dos direitos do trabalhador e se a Justiça do Trabalho for afastada da possibilidade de verificar se nós temos ali um contrato fraudado ou não”, alertou.

Alguns representantes do setor empresarial presentes ao debate disseram ser favoráveis à redução da jornada, mas pediram uma transição para evitar perdas nos contratos em andamento, como no caso da construção civil.

Fonte: Agência Câmara

Incertezas pressionam aumento na cesta básica



Instabilidade internacional, guerra entre EUA e Irã, oscilações no preço dos derivados do petróleo (até devido à privatização da BR Distribuidora), eventos climáticos, tudo somado e mais alguma coisa, eleva os preços dos itens da cesta básica. O resultado são dois meses consecutivos de aumento, março e abril.

A pesquisa, tradicionalmente realizada pelo Dieese desde 2024, é feita em conjunto com a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, como contribuição à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e à Política Nacional de Abastecimento Alimentar.

A pesquisa foi ampliada para todas as 27 Capitais – eram 17 até agosto de 2025.

Variações – O levantamento conjunto mostra que, entre março e abril de 2026, os aumentos maiores ocorreram em Porto Velho (5,60%), Fortaleza (5,46%) e Cuiabá (4,97%).

São Paulo é a Capital onde o conjunto dos alimentos apresenta maior custo (R\$ 906,14).

Em 12 meses, entre abril de 2025 e abril de 2026, o custo da cesta ficou maior em 18 Capitais e menor em nove. Cuiabá lidera a alta, 9,99%.

Dieese – Patrícia Lino Costa, economista do Dieese, coordena a pesquisa. Ela aponta múltiplos fatores na elevação dos preços. Patrícia diz: “Tem a guerra, mas não explica tudo. A privatização da distribuição do petróleo faz oscilar os preços conforme o mercado. Tem influência de fatores climáticos. A exportação recorde da carne eleva seu preço interno. Já a produção do leite atravessa um período de entressafra”.

Sindicalismo – As negociações têm estado atentas à questão dos preços da cesta básica. Muitos acordos coletivos obtêm aumentos salariais mais próximos ao INPC, porém ampliam os índices quando se trata de vale-refeição ou vale-alimentação.

Mais – Site do Dieese.

Fonte: Agência Sindical

Comissão especial debate redução da jornada de trabalho sob perspectiva dos empregadores

Depositphotos



Objetivo é reunir contribuições sobre os impactos econômicos, sociais e produtivos

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o fim da escala 6x1 no Brasil (PEC 221/19) debate, nesta segunda-feira (18), os limites e as possibilidades para a redução da jornada de trabalho sob a perspectiva dos empregadores.

A audiência pública será realizada às 16 horas, no plenário 2.

O debate atende a requerimentos apresentados por diversos deputados. O objetivo é reunir contribuições sobre os impactos econômicos, sociais e produtivos da

Brasília-DF, 18 de maio de 2026

redução da jornada de trabalho, além de discutir as condições para implementação da medida sem redução salarial.

"A centralidade da redução da jornada, em momento de mudanças do modo produtivo contemporâneo, com incremento da produtividade pela automação e incorporação de novas tecnologias, inclusive os impactos da inteligência artificial, é assunto essencial aos parlamentares na formação do convencimento antes da deliberação sobre a matéria objeto desta Comissão Especial", afirma o deputado Fernando Mineiro (PT-RN), autor de um dos requerimentos.

Fonte: Agência Câmara

Outra iniciativa do deputado é o PL 1963/2025, que propõe a inclusão obrigatória do tema Inteligência Artificial nos currículos do ensino fundamental II e do ensino médio em todo o país.

Marcos Tavares assume uma das principais comissões permanentes da Câmara dos Deputados, responsável pela análise de matérias relacionadas ao mundo do trabalho, organização sindical, relações trabalhistas e serviço público.

Fonte: Diap

Marcos Tavares assume presidência da Comissão de Trabalho da Câmara



Deputado Marcos Tavares exerce seu primeiro mandato

O deputado federal Marcos Tavares foi eleito, na quarta-feira (13), novo presidente da Comissão de Trabalho (CTRAB) da Câmara dos Deputados. A mudança no comando do colegiado ocorre em razão da janela partidária, após o então presidente da comissão, Max Lemos, deixar o PDT e ingressar no União Brasil.

Como a presidência das comissões permanentes pertence às bancadas partidárias, o PDT indicou Marcos Tavares para assumir o comando da CTRAB até o fim do período legislativo.

Natural de Duque de Caxias (RJ), Marcos Tavares é advogado, deputado federal em primeiro mandato e já exerceu o cargo de vereador no município fluminense. Na Câmara, integra comissões ligadas à fiscalização, comunicação, direitos da pessoa idosa e trabalho.

O parlamentar também é autor de projetos voltados à inclusão social, direitos das pessoas com deficiência, empregabilidade e políticas públicas. Entre as propostas apresentadas, estão o PL 1176/2025, que cria o Cadastro Nacional de Profissionais com Deficiência (CNPD), e o PL 5500/2025, que prevê redução da jornada de trabalho para pais e responsáveis por pessoas com deficiência, sem redução salarial.

Consulta do saldo do FGTS disponível para o Novo Desenrola começa em 25 de maio

A medida permitirá o uso de até 20% do saldo do Fundo de Garantia ou até R\$ 1 mil - o que for maior - para amortização ou quitação de dívidas em atraso

Foto: Pixabay



O Ministério do Trabalho anunciou nesta quinta-feira, 14, que os trabalhadores poderão consultar o saldo disponível do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para ser utilizado no Novo Desenrola a partir de 25 de maio. A medida permitirá o uso de até 20% do saldo do Fundo de Garantia ou até R\$ 1 mil – o que for maior – para amortização ou quitação de dívidas em atraso.

Após a consulta do saldo, as instituições financeiras terão um prazo estimado de até 30 dias para formalizar os contratos com os trabalhadores e registrar as informações nos sistemas da Caixa Econômica Federal. Após a validação do contrato, a Caixa fará a transferência direta do valor do FGTS à instituição financeira.

A estimativa é de que até R\$ 8,2 bilhões do FGTS possam ser utilizados para renegociação de dívidas por meio do programa.

Segundo a Pasta, a Caixa Federal está finalizando a integração dos sistemas e iniciando os testes operacionais.

Na terça-feira, 13, foi disponibilizado às instituições financeiras o swagger, documento que reúne as regras e especificações técnicas da API que será utilizada no processo.

Saque adicional

No dia 26 de maio, mais de 10,5 milhões de trabalhadores receberão em suas contas os valores complementares. O governo editou uma medida provisória que autorizou o saque do FGTS para



Brasília-DF, 18 de maio de 2026

trabalhadores optantes pelo saque-aniversário que foram demitidos sem justa causa entre 2020 e 2025.

Para esse público, será liberado um desbloqueio adicional estimado em R\$ 8,4 bilhões, com depósito automático nas contas cadastradas no aplicativo do FGTS. Permanecerão bloqueados apenas os valores vinculados a operações de antecipação do saque-aniversário contratadas junto às instituições financeiras, conforme as condições previstas em cada contrato.

O Ministério do Trabalho alerta que, antes do dia 25 de maio, os valores que serão creditados aos trabalhadores deixarão de aparecer no saldo disponível das contas do FGTS, em razão do processamento da operação.

Fonte: Estadão Conteúdo

Número de pessoas em busca de emprego há dois anos ou mais cai 21,7%

Cerca de 1 milhão procuram emprego há dois anos ou mais



© Tânia Rego/Agência Brasil

O número de pessoas que buscam emprego há dois anos ou mais caiu 21,7% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025. Esse contingente representa 1,089 milhão de pessoas, o menor já registrado desde 2012, quando começou a série histórica da principal pesquisa sobre mercado de trabalho no país.

Em 2025, o país tinha quase 1,4 milhões de pessoas que estavam há pelo menos 24 meses tentando uma ocupação. Já o maior nível foi em 2021, ano de pandemia de covid-19, com 3,5 milhões.

Os recordes fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, divulgada nesta quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O patamar mínimo de pessoas à procura de trabalho também se reflete em outras duas faixas temporais.

- de mais de um mês a menos de um ano: 3,380 milhões de pessoas em busca de vaga, recuo de 9,9% em relação ao primeiro trimestre de 2025. Nessa faixa, o maior volume foi 7 milhões, em 2021.

- de mais de um ano a menos de dois anos: 718 mil pessoas procuravam emprego, redução de 9% se comparado a 2025. O maior patamar pertence também a 2021, quando eram 2,6 milhões de pessoas nessa situação.

A única faixa temporal que não apresenta recorde mínimo é a de menos de um mês procurando vaga. De janeiro a março o país tinha quase 1,4 milhão de pessoas nessa situação. Esse patamar fica 14,7% abaixo do registrado no ano passado, mas acima do nível de 2014 (1,016 milhão).

A pesquisa do IBGE detalhou o contingente dos 6,6 milhões de desocupados do país nas faixas de tempo de procura:

- Menos de um mês: 21,2% dos desocupados
- Um mês a menos de um ano: 51,4%
- Um ano a menos de dois anos: 10,9%
- Dois anos ou mais: 16,5%

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-05/numero-de-pessoas-em-busca-de-emprego-ha-dois-anos-ou-mais-cai-217>

Fonte: Agência Brasil

I SEMINÁRIO NACIONAL

A POLÍTICA MINERAL QUE QUEREMOS: ESTRATÉGIA, TERRITÓRIO E SOCIEDADE

Debate plural sobre a política mineral brasileira, articulando diagnóstico, conflitos, **estratégias de desenvolvimento e propostas de transformação.**

BELO HORIZONTE
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG | Auditório 1

21 E 22 DE MAIO | 9H ÀS 17H
Com transmissão ao vivo para todo o Brasil

Instituições proponentes: CNTI, FITEA, FOMAMIR
Realização: Ipead
Parceria Técnica: Cedeplar